

**A ESCOLA MUNICIPAL DE PRIMEIRO GRAU ANTONIO JOÃO RIBEIRO E  
O SEU PAPEL NA ESCOLARIZAÇÃO DO DISTRITO DE INDÁPOLIS/MS  
(1973-1988)**

***THE MUNICIPAL PRIMARY SCHOOL ANTONIO JOÃO RIBEIRO AND ITS  
ROLE IN SCHOOLING OF THE DISTRICT OF INDÁPOLIS/MS  
(1973-1988)***

***LA ESCUELA MUNICIPAL DE PRIMER GRADO ANTONIO JOÃO RIBEIRO Y  
SU PAPEL EN LA ESCOLARIZACIÓN EN EL DISTRITO DE INDÁPOLIS/MS  
(1973-1988)***

Mariza Saete BACKES SILVA<sup>1</sup>  
Alessandra Cristina FURTADO<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem o intuito de contribuir com as pesquisas sobre a história da educação rural, analisando o papel da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro no processo de escolarização do antigo Núcleo Colonial de Dourados, mais precisamente em áreas de abrangência do distrito de Indápolis, situado no município de Dourados, MS, no período de 1973 a 1988. Os documentos que subsidiaram a investigação constituíram-se por decretos de criação da escola, listas de matrículas, fotografias, termo de doação de terreno, entre outros. Tais documentos foram analisados com base na produção historiográfica sobre o tema e permitiram compreender que a Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, a partir de sua instalação e funcionamento, impulsionou o processo de escolarização de crianças, jovens e adultos, oportunizando o acesso à educação, principalmente, daqueles que não possuíam condição sócio-econômica para frequentarem escolas centrais desse distrito e localizadas na cidade de Dourados.

**Palavras-chave:** História de Instituição Educacional. Escola Rural. Educação Escolar.

**ABSTRACT:** *This article aims to contribute to research on the history of rural education, analyzing the role of the Municipal School of First Degree Antonio João Ribeiro in the schooling process of the former Colonial Nucleus of Dourados, more precisely in areas covered by the district of Indápolis, located in the municipality of Dourados, MS, from 1973 to 1988. The documents that supported the investigation consisted of decrees creating the school, enrollment lists, photographs, land donation term among others. These documents was analyzed based on the historiographical production on the theme and made it possible to understand that the Municipal School of First Degree Antonio João Ribeiro from its installation and operation boosted the schooling process of children, teenagers and adults, providing access to education mainly of those who did not have socio-economic conditions to attend central schools of this district and located in the city of Dourados.*

**Keywords:** *History of Educational Institution. Rural School. Schooling.*

<sup>1</sup>Pedagogia. UFGD, Dourados/MS, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5161-9143>. E-mail: marizabackes@hotmail.com.br

<sup>2</sup>História. UFGD, Dourados/MS, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6084-2299>. E-mail: alessandrafurtado@ufgd.edu.br

**RESUMEN:** *Este artículo tiene como objetivo contribuir a la investigación sobre la historia de la educación rural, analizando el papel de la Escuela Municipal de Primer Grado Antonio João Ribeiro, en el proceso de escolarización del antiguo Núcleo Colonial de Dourados, más precisamente en las áreas de cobertura del distrito de Indápolis, ubicada en el municipio de Dourados, MS, de 1973 a 1988. Los documentos que respaldaron la investigación consistieron en decretos que crearon la escuela, listas de inscripción, fotografías, plazo de donación de tierras, entre otros. Estos documentos fueron analizados en base a la producción historiográfica sobre el tema y nos permitieron comprender que la Escuela Municipal de Primer Grado Antonio João Ribeiro, desde su instalación y operación, impulsó el proceso de escolarización de niños, jóvenes y adultos, brindando acceso a la educación principalmente de aquellos que no tenían condiciones socioeconómicas para asistir a escuelas centrales de este distrito y ubicadas en la ciudad de Dourados.*

**Palabras clave:** *Historia de la institución educativa. Escuela rural. Enseñanza.*

## Introdução

A produção sobre a história da educação rural no Brasil cresceu consideravelmente no cenário acadêmico na última década. A esse respeito, Ávila (2018, p. 2) publicou o artigo intitulado “Educação Rural em Perspectiva Histórica” no qual registrou que o quadro da produção historiográfica sobre a educação rural no Brasil “[...] apresentou uma sensível mudança entre os anos de 2010 e 2016, quando se observa um interesse maior por um campo de pesquisa ainda pouco explorado”. Tais considerações foram tecidas por Ávila (2018) com base na produção da pesquisa na área da História da Educação, em teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação em educação, artigos publicados em periódicos de circulação nacional, bem como em livro digital (e-book) com download gratuito.

Este artigo incide sobre uma abordagem da história da educação rural. Nesta perspectiva, emerge com objetivo de analisar o papel da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro no processo de escolarização do antigo Núcleo Colonial de Dourados, mais precisamente em áreas de abrangência do distrito de Indápolis, situado no município de Dourados, Mato Grosso do Sul (MS), no período de 1973 a 1988.

O recorte temporal é justificado por dois importantes argumentos: o ano de 1973 marca a construção da escola no distrito de Indápolis, mediante o convênio do Ministério de Educação e Cultura (MEC) com o Comando da 8ª Região Militar (RM); e

o ano de 1988 sinaliza a Promulgação de uma nova Constituição<sup>3</sup> para o Brasil, após vinte anos de ditadura militar, pois com essa Constituição o direito à educação passa a ser tomado como um direito de todos, tornando-a o dever do Estado em ofertá-la. Isto influenciou no funcionamento da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, fazendo com que esta instituição escolar passasse a ter mais responsabilidade na garantia do aprendizado dos seus alunos, uma vez que, se os estudantes possuem o direito de aprender, as escolas e os professores têm o dever de ensinar, pois, nessa Constituição, o conceito de escolarização obrigatória foi ampliado. Além disso, o ano de 1988 marca, também, os primeiros quatros anos de funcionamento dessa escola após a sua regulamentação, com a solicitação de validação dos estudos dos alunos junto à Secretaria Municipal da Educação de Dourados (SEMED), sob o processo de nº. 01162/84.

Com base nessas considerações iniciais, a problemática de pesquisa sobre a qual nos debruçamos inscreve-se na seguinte questão: como a Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro contribuiu para o processo de escolarização no distrito de Indápolis?

Os referenciais teóricos que sustentam a abordagem realizada neste artigo estão voltados, principalmente, à História e à História da Educação, sobretudo, aos estudos ligados ao processo de colonização recente, à história das instituições escolares e à história da educação rural.

Como fonte de pesquisa são utilizados documentos localizados no arquivo da SEMED, no acervo do Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados (CDR), no Museu Histórico de Dourados e no Museu da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, tais como: decretos de criação da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, atas, listas de matrículas, registros iconográficos, relatórios, planta da escola, termo de doação do terreno, entre outros documentos.

Sendo assim, as discussões realizadas neste artigo estão organizadas em duas seções. Na primeira aborda-se a instalação e o funcionamento da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, em antigas áreas de abrangência do Núcleo

---

<sup>3</sup>Aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte, em 22 de setembro de 1988, e promulgada em 5 de outubro de 1988. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é a lei fundamental e suprema do Brasil, servindo de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico. Ficou conhecida como "Constituição Cidadã" por ter sido concebida no processo de redemocratização, iniciado com o encerramento da ditadura militar no Brasil (1964–1985). Disponível em: <http://www.senado.leg.br/publicacoes/GeneseConstituicao/pdf/genese-cf-1988-1.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2020.

Colonial de Dourados e, na segunda seção, analisa-se o papel dessa escola na educação de crianças, jovens e adultos moradores do distrito de Indápolis.

### **Da instalação ao funcionamento da escola no distrito de Indápolis**

O distrito de Indápolis, antes da instalação da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, já mantinha dois estabelecimentos de ensino em funcionamento, a saber, a Escola Estadual de 1º e 2º Graus Dom Bosco e a Escola Estadual São José. É oportuno esclarecer aqui que o distrito de Indápolis<sup>4</sup> integra as antigas áreas do Núcleo Colonial de Dourados. Este distrito foi criado pela Lei Estadual nº. 2101 de 20 de dezembro de 1983. Porém, entre as décadas de 1940 e 1970, a localidade era denominada de Serraria<sup>5</sup>.

Conforme Magalhães (2004), a compreensão da existência histórica de uma instituição educativa não se dá apenas pela sua integração à comunidade educativa, mas também pela sua contextualização no quadro de evolução de uma comunidade ou região, e, ao se sistematizar o seu itinerário de vida na sua multidimensionalidade, confere-se a ela um sentido histórico. Nesse sentido, recorreremos a um contexto marcado por um processo de colonização recente ocorrido no sul de Mato Grosso, a partir dos anos de 1940, para compreender melhor o processo de instalação da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, no distrito de Indápolis.

Durante o governo de Getúlio Vargas, mais precisamente entre os anos de 1937 a 1945, período denominado Estado Novo, foi lançada a Campanha Marcha para o Oeste, que consistia na política de incentivo ao povoamento da parte oeste brasileira. Entre os objetivos dessa política estava a nacionalização das fronteiras, pois o governo Varguista pretendia fortalecer o poder do Estado e, para isso, as oligarquias regionais deveriam ser combatidas, resultando, ampliou a relação entre as regiões do Brasil, o que culminaria em uma maior força da economia.

No caso específico de Mato Grosso, onde o município de Dourados estava situado na parte sul do estado, um dos incentivadores da Marcha para o Oeste era o povoamento dessa região, tendo como alvo enfraquecer o monopólio da Empresa Mate

---

<sup>4</sup> O nome “Indápolis” significa “Instituto do Desenvolvimento Agrário” (SCHNEIDER, 2002, p. 27 apud TAVARES, 2004, p. 150).

<sup>5</sup> Esta denominação se devia ao fato de essa localidade, entre os anos de 1940 e 1950, possuir grande parte das serrarias existentes na Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND).

Laranjeira, instalada em 1881 por Thomas Laranjeira, um empresário gaúcho que atuou nessa região por quase setenta anos na exploração dos ervais.

Getúlio Vargas, além de propor o povoamento dessa parte sul de Mato Grosso, tinha o objetivo de enfraquecer o monopólio econômico da Empresa Mate Laranjeira. O projeto de colonização idealizado por Getúlio Vargas estabelecia-se, dentre suas políticas, pela criação de colônias. No caso do sul de Mato Grosso, foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) pelo Decreto-Lei nº. 5.941, de 28 de outubro de 1943 (BRASIL, 1943). Porém, a real implantação dessa Colônia somente ocorreu em 20 de julho de 1948, quando da demarcação dos seus limites, pelo governo federal, por meio do Decreto Lei nº. 87, com a reserva de uma área não inferior a 300.000 hectares (PONCIANO, 2006).

O projeto colonizador no sul do então estado de Mato Grosso foi viabilizado pelo governo por meio de uma intensa propaganda da imprensa, já que havia homens e mulheres dispostos a enfrentarem os desafios de migrarem para outras regiões do país, na busca de melhores condições de vida, ou seja, havia uma força de trabalho disponível e, principalmente, barata e desqualificada (OLIVEIRA, 1999).

Muitas famílias se deslocaram para a Colônia, atraídas pelas propagandas emitidas por Vargas nos veículos de comunicação oficial ou por informações de familiares e amigos que, ao tomarem conhecimento da doação dessas terras, apressavam-se em avisar suas famílias. Assim, migrantes de quase todas as regiões do país, principalmente do Nordeste, e imigrantes de países da América Latina, Europa e Ásia se deslocaram para a Colônia (OLIVEIRA, 1999). Embora a CAND privilegiasse uma política de caráter nacionalista, em que valorizava, de fato, a presença de colonos brasileiros, não se pode deixar de mencionar que o número de imigrantes foi bastante significativo, tendo destaque especial os japoneses. “Ainda não sabemos os motivos reais dessa significativa presença, o que sabemos é que os japoneses tiveram uma acolhida especial em terras mato-grossenses” (MENEZES, 2012, p. 43).

As famílias cadastradas e organizadas pelo governo federal iniciaram os desmatamentos para a construção das casas e o plantio em suas lavouras. De acordo com Menezes (2012), o processo da colonização e desenvolvimento da região Sul de Mato Grosso mudou muito a partir da implementação da CAND: “[...] a agricultura na CAND organizou-se também no quadro e nas condições oferecidas pela natureza, assim o ecossistema no qual se inseriu a Colônia era bastante propício para o desenvolvimento agrícola tão almejado pelos idealizadores do projeto” (MENEZES, 2012, p. 99). Ainda

que fosse uma colônia agrícola e a agricultura se constituísse como a principal atividade econômica, esta não foi a única, pois paralelamente à preparação da terra para o cultivo, e como consequência dela, a exploração da madeira foi prática constante, sendo esta, em toda a extensão da localidade, alvo de disputas e de irregularidades.

O Núcleo Colonial ocupou uma grande área do município de Dourados, a qual é constituída, atualmente, por distritos e municípios situados no seu entorno. Sobre o território da CAND, Queiroz (2008) registra que esse englobava os atuais municípios de Dourados (os distritos de Vila São Pedro, Vila Vargas, Vila Formosa, Panambi e Indápolis), Fátima do Sul, Vicentina, Glória de Dourados, Jateí, Douradina e Deodápolis. A área total delimitada pelo Governo Federal à CAND era de 300.000 hectares, mas foi reduzida para 267.000 hectares e divididas em duas zonas: uma à esquerda do rio Dourados, com 68.000 ha, e a segunda com 199.000 ha, à sua direita.

Assim, de acordo com os dizeres de Magalhães (2004), para o entendimento da história de uma instituição educativa, foi nesse cenário, marcado por um processo de colonização recente, desencadeado pela criação e instalação da CAND nos anos de 1940, promovido pelo governo federal e, também pela presença da Escola Estadual de 1º e 2º Graus Dom Bosco e da Escola Estadual São José, que a Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro foi instalada no distrito de Indápolis, a partir da doação de um terreno localizado nas áreas de abrangência do antigo Núcleo Colonial de Dourados, por uma das tantas famílias que chegaram na localidade durante o processo de colonização, e neste caso específico, por uma família de imigrantes japoneses que chegaram e se estabeleceram na região da CAND, nos anos de 1950.

A construção de escolas nessas áreas do Núcleo Colonial de Dourados somente era realizada pela Prefeitura quando havia doação de um terreno para tal instalação e tivesse um número elevado de alunos na vizinhança deste lugar onde funcionaria o estabelecimento. Caso não houvesse um número determinado de alunos para matrícula e, mesmo assim, tivesse requisição da população local, “[...] a escola passava a funcionar em prédio cedido até atingir o número estabelecido de alunos para a construção de um novo prédio” (SILVA, 2015, p. 137).

Cumprе lembrar que a construção de uma escola nessa localidade do distrito de Indápolis era solicitada desde o início da CAND, ainda na década de 1940, como evidencia a realização de um abaixo assinado pelos colonos da Linha do Barreirão, representado pelo senhor Nivaldo Soares de Almeida, o qual declarou em uma carta manuscrita endereçada à administração em 03/08/1943: “[...] nós os colonos da linha do



Barreirão, vimos por meio desta, pedir um auxílio para a construção de uma escola, visto que dentre os colonos há uma pessoa capaz de lecionar às crianças existentes neste local, e cuja pessoa é esposa de um dos colonos” (MENEZES, 2012, p. 46).

Nessas circunstâncias, a Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro foi construída em um terreno doado pelo senhor Yasuhiko Kushida. No período em que ocorreu a doação do terreno para a construção desta Escola, a Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971 (BRASIL, 1971) acabava de ser implantada no ensino brasileiro. Essa Lei abria brechas, em seu Artigo 32, para “[...] a responsabilidade dos proprietários rurais, os quais deveriam 61 manter escolas primárias para as crianças residentes em suas terras ou então facilitar a frequência das mesmas nas escolas próximas” (BRASIL, 1971). Assim, nesse período, até mesmo a Lei vigente no ensino brasileiro incentivava os proprietários rurais a abrirem e manterem escolas primárias em suas terras.

Nesse cenário marcado pela presença de tantas famílias de migrantes e imigrantes, que tinha crianças em idade escolar, foi justamente uma família de imigrantes japoneses que fez a doação do terreno. O motivo para isto talvez possa ser explicado pelo fato dos imigrantes japoneses e seus descendentes valorizarem muito a educação escolar. Sobre o assunto, Demartini (2000) esclarece que, nas

[...] colônias japonesas, essa preocupação pode ser constatada através da organização de associações que tinham como objetivo, em primeiro lugar, suprir a educação dos filhos e promover a cooperação entre os membros e a comunicação entre os núcleos coloniais existentes. Antes mesmo de sedes de associações para seus encontros comunitários e sociais, os japoneses procuravam construir a escola pois todos desejavam uma melhor escolaridade para os filhos (DEMARTINI, 2000, p. 25).

Para os imigrantes japoneses, a escolarização dos filhos era muito importante, pois além de ajudar a manter alguns costumes trazidos do Japão pelos antepassados que chegavam a terras brasileiras, a entrada nas escolas ajudava a aprender a língua portuguesa que fazia parte da inserção e da adaptação ao novo local escolhido para viver (DEMARTINI, 1997). Ademais, nas famílias japonesas, como aponta White (1988), as crianças eram muito valorizadas por representarem a continuidade da família e a segurança dos pais na velhice, pois elas “[...] também proporcionavam força de trabalho à família, e aos doze anos de idade eram capazes de participar integralmente das tarefas agrícolas e domésticas” (WHITE, 1988, p. 30).

A escola foi construída em uma parte do lote 38, quadra 30, do Núcleo Colonial. A construção ocorreu por meio do convênio entre o MEC e o Comando da 8ª RM, no ato representado pelo Ministro da Educação Jarbas Gonçalves Passarinho e o Comandante da 8ª RM General de Divisão Militar Tasso Villar de Aquino. Desse modo, essa construção ficou na incumbência do Exército de Campo Grande.

Essa circunstância nos permite inferir que a participação dos militares na construção dessa escola esteve relacionada ao fato de no início da década de 1970 o Brasil iniciava seu período marcado pelo regime militar (1964-1985). Mesmo com essa inferência sobre a construção dessa instituição de ensino, ressalta-se que a presença de militares na construção de prédios escolares não era algo tão incomum nesta época em Mato Grosso, até mesmo em períodos anteriores à instalação do regime militar no Brasil, como destaca Marcílio (1963).

Portanto, não foi por acaso que ocorreu a participação dos militares na construção desta escola. Conforme esclarece Germano (2005), o golpe de Estado de 1964 foi deflagrado em nome da ordem, do combate à desordem, à subversão comunista e à corrupção e, assim, de acordo com o discurso nacional, era preciso adequar a escola para esses fins – sendo necessário instrumentalizar, preparar desde a infância os cidadãos para que se tornassem futuros trabalhadores habilitados a receber um país em acelerado crescimento econômico/industrial que dependeria de muita “mão-de-obra”.

Há de se considerar que o governo militar, na época, atuava de forma intervencionista, procurando, inclusive, adequar as instituições educacionais aos fins desse regime político, o que deixa evidente o interesse dos militares do Exército de Campo Grande em participar de forma efetiva na construção dessa escola. Porquanto, o regime militar utilizava esse campo para atingir seus objetivos e interesses, instruindo a partir da ideia de que “todos” poderiam gozar das “benesses” que o “desenvolvimento” poderia proporcionar, inibindo a construção de qualquer outra forma de organização social diferente daquela difundida pelos militares (OLIVEIRA; SOUZA, 2012).

O prédio da escola foi construído em alvenaria com quatro salas de aula, uma cozinha, uma sala para dependências administrativas e dois banheiros, um masculino e outro feminino, o que demonstra que o planejamento para a construção desta instituição de ensino foi bem diferente de outras escolas também edificadas no meio rural em áreas do Núcleo Colonial de Dourados, das quais muitas iniciaram as suas atividades escolares em espaços emprestados, como nas casas dos próprios professores ou em



construções de madeiras e bem rudimentares. Sobre a construção do prédio escolar podemos observar na Figura 1 a imagem da escola já construída.

**Figura 1** - Vista parcial da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro.



**Fonte:** Acervo iconográfico da escola.

A imagem, que evidencia uma vista parcial do prédio da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, possibilita-nos visualizar a construção feita em alvenaria e dividida em dois blocos. Nela é possível verificar que os dois blocos foram construídos com o intuito de separar os espaços destinados às salas de aulas e os outros espaços designados à sala da secretaria, à cozinha e aos banheiros.

Nas salas de aulas, a construção contava com vidraças grandes, permitindo que as salas fossem bem arejadas e ventiladas. Na cozinha, diferentemente do uso de vidraças, foi utilizada uma ampla janela de madeira para que se pudesse melhor atender aos alunos na hora de servir a merenda escolar. Ao lado da cozinha ficavam os banheiros masculino e feminino e a sala da secretaria, onde funcionava também a direção escolar, com vidraças menores do que as que foram postas nas salas de aula. Conforme a imagem, a escola tinha uma boa estrutura, pois toda a sua área construída e os corredores que uniam os dois pavimentos eram forrados por telhas de eternites.

A imagem demonstra, ainda, que embora quase toda a escola possuísse piso e outras partes fossem apenas calçadas com cimento, sem piso, ao fundo havia parte de terra onde as crianças podiam brincar nos horários de recreio e também era mantida uma horta, da qual os alunos cuidavam e produziam alimentos, e, desse modo, mantinham

aproximação com o cultivo e manuseio da terra. Mais à frente, havia um espaço que era usado como jardim pelas professoras, diretora e secretária da escola.

Os aspectos ressaltados nos permitem compreender até mesmo a razão dessa escola possuir uma arquitetura que se diferenciava das outras escolas construídas no meio rural do Núcleo Colonial de Dourados, pois, como aponta Magalhães (2004, p. 143), “[...] entre as principais facetas que permitem descrever, compreender e analisar as instituições educativas, os espaços e a estrutura arquitetônica”, podemos assim, destacar que desde a sua construção, a Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, diferentemente de outras, que fizeram parte até mesmo das áreas rurais do município de Dourados, foi construída em um prédio próprio, onde os seus espaços foram pensados, planejados, construídos e instalados para funcionar como uma instituição escolar.

Mesmo que a Prefeitura Municipal de Dourados não tenha ficado a cargo da construção do prédio escolar, ela foi a responsável pelo seu efetivo funcionamento, enviando funcionários, como as professoras, a secretária, a pessoa para a limpeza e a merenda. Além disso, incumbiu-se de mobiliar o estabelecimento educacional, disponibilizando as carteiras, as mesas dos professores e da secretaria, o quadro negro, dentre outros materiais pedagógicos. Em 1974, já com o prédio construído e devidamente mobiliado e contando com uma estrutura administrativa e pedagógica, esta escola foi criada oficialmente pelo Decreto nº. 220 de 10 de agosto do mesmo ano (DOCUMENTOS GERAIS, SEMED, 1983).

### **O papel da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro no processo de escolarização do distrito de Indápolis**

Essa instituição iniciou o seu funcionamento atendendo a crianças em idade escolar de 1ª a 4ª séries, no período matutino e vespertino, e no período noturno, atendendo a jovens e adultos da localidade com o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), até o ano de 1985, quando esse programa foi extinto no Brasil (MENEZES; SANTOS, 2001). De fato, a escola iniciou suas atividades para atender um público formado por crianças que não tinham condições financeiras de frequentar a Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus Dom Bosco ou a Escola Estadual São José.

No ensino de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> séries, os alunos atendidos por essa escola eram filhos do senhor Yasuhiko Kushida e dos pequenos proprietários rurais e trabalhadores das lavouras da localidade e de seus entornos. No local onde estava situada essa escola, uma antiga área do Núcleo Colonial de Dourados, ainda nos anos de 1970, as propriedades rurais agregavam muitos funcionários e seus familiares, pois dependiam dessa mão de obra para o trabalho na lavoura de milho, de algodão, de café e de amendoim.

Mesmo sendo uma localidade carente do meio rural, os pais almejavam que seus filhos frequentassem a escola. A respeito da intenção dos pais das crianças moradoras nesta localidade nos estudos dos seus filhos, pode-se afirmar, em diálogo com Freitas e Biccás (2009, p. 28), que as famílias esperavam “[...] escolarizar os filhos, ainda que em condições precárias tornou-se a expectativa de quebrar desvantagens econômicas de cor, de sexo e de origem”. Desse modo, o acesso à educação escolar representava para os familiares o caminho mais certo para que as crianças seguissem, uma vez que, ao receberem instruções de leitura e escrita, estariam em condições, na juventude ou na idade adulta, de conseguirem melhores oportunidades de continuar estudando ou ter acessibilidade a ofertas de trabalho “asseguradas” por meio da escolarização.

Os dados registrados nos Livros de Matrículas do período de 1974 a 1984 sinalizam que a escola contou com o maior número de alunos do período de abertura, em 1974, até 1980, ultrapassando mais de 100 alunos matriculados por ano. Contudo, depois de 1980, o número de alunos matriculados diminuiu consideravelmente, sobretudo, entre os anos de 1982 e 1984, conforme evidencia a Tabela 1.

**Tabela 1** - Quantidade de alunos matriculados por séries entre os anos de 1974 a 1988.

Ano	Série 1 <sup>a</sup>	Série 2 <sup>a</sup>	Série 3 <sup>a</sup>	Série 4 <sup>a</sup>	Total de alunos
1974	131	24	12	15	182
1975	95	51	14	6	166
1976	67	53	28	10	158
1977	82	43	38	21	184
1978	72	32	29	26	159
1979	54	31	20	14	119

1980	58	21	25	19	123
1981	29	21	12	16	78
1982	20	13	11	7	51
1983	26	13	8	9	56
1984	18	18	7	9	52
1985	19	9	11	5	44
1986	15	12	8	9	44
1987	13	6	8	9	36
1988	13	4	7	7	31

**Fonte:** Elaborado a partir dos Livros de Matrículas dos alunos localizadas no acervo da SEMED (1983).

Conforme expresso na Tabela 1, a partir do ano de 1981 até 1988, e considerando o número de alunos matriculados entre os anos de 1974 e 1980, observamos uma redução de quase 75% dos alunos na lista de matrículas. Assim, podemos constatar que a escola, após uma década de funcionamento, perdeu um número significativo de alunos. Ponderamos que essa perda de alunos, por parte da escola, esteve relacionada, principalmente, ao “progresso” econômico, social, estrutural e organizacional da década de 1980, que acabou promovendo melhor acesso aos meios de transporte na localidade, fazendo com que as famílias optassem por matricularem seus filhos nas escolas tanto centrais do distrito de Indápolis quanto nas instituições escolares situadas na cidade de Dourados.

É importante salientar que os dados apontam que nos primeiros seis anos de funcionamento da escola, a instituição atendeu um número elevado de alunos, o que acabou por favorecer a infância moradora da Linha do Barreirão, a qual, naquela época, quase não tinha acesso a outro local para iniciar os seus estudos primários.

Porém, a instalação da Escola Municipal criada no distrito de Indápolis permitiu que fosse gerado na Linha do Barreirão um facilitador para a infância moradora desta área rural, e também oportunizou a acessibilidade para que a escolarização de jovens e adultos pudesse ser instaurada a partir do Mobral no período noturno.

Contudo, a instalação do Mobral nessa escola não foi algo que ocorreu ao acaso na instituição nesse período histórico, uma vez que o Mobral tinha toda uma relação com as iniciativas do governo no regime militar. A educação de jovens e adultos pós 1964 ocupou lugar privilegiado no processo de mediação entre o Estado e a sociedade

brasileira (FREITAS; BICCAS, 2009). Em 1969, a Fundação Mobral foi criada por meio da Lei nº. 5.379, de 15 de dezembro de 1967 (BRASIL, 1967), com objetivo de erradicar o analfabetismo no Brasil em dez anos, porém, começou a funcionar efetivamente no ano de 1970. Para Germano (2005, p. 163), esse programa “[...] foi lançado com grande alarde, pois afinal visava a atingir um grande contingente popular, e esta era uma forma de buscar legitimação”.

Esse Programa propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando a conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida (MENEZES; SANTOS, 2001). Pela Lei nº. 6.025, de 29 de abril de 1975 (BRASIL, 1975), o Ensino Supletivo poderia ser ministrado, como atividade complementar, como uma forma de colaboração cívica do Exército com a Nação e para qualificar mão de obra. É possível compreender que a cartilha utilizada pelo Mobral “[...] foi elaborada para atender um determinado perfil de brasileiro: analfabeto e pertencente às camadas populares” (OLIVEIRA; SOUZA, 2012, p. 25).

Entretanto, o que se constatou, por um lado, foi que os cursos aligeirados do Mobral não possibilitavam aos alunos se alfabetizarem de fato; por outro lado, eram impedidos de se inscreverem novamente nas salas de Alfabetização Funcional, pois cada pessoa podia se matricular apenas uma vez no Mobral. Assim, verificou-se que o processo serviu “[...] para elevar as estatísticas governamentais, contudo, não mudou a realidade de milhares de brasileiros que, mesmo tendo passado pela experiência do Mobral, permaneceram não alfabetizados” (OLIVEIRA; SOUZA, 2012, p. 34).

Desse modo, a Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, ao ofertar o ensino de 1ª a 4ª séries para as crianças e o ensino no Mobral para os jovens e adultos moradores na localidade, que durante a infância não puderam frequentar a escola regular, foi determinante para o desenvolvimento da educação escolar nesta antiga área de abrangência do Núcleo Colonial de Dourados, situado, no distrito de Indápolis.

### **Considerações finais**

Uma investigação desta natureza nos permite compreender o papel desenvolvido pela escola rural no processo de escolarização de uma determinada localidade de um Estado brasileiro, bem como de uma determinada região do nosso país. Nesse sentido,

podemos evidenciar que a instalação da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, em uma antiga área de abrangência do Núcleo Colonial de Dourados, mais precisamente situada nos limites geográficos do distrito de Indápolis, contribuiu, a partir de sua instalação e funcionamento, impulsionando por meio do ensino de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> séries e do Mobral, para a educação de crianças, jovens e adultos da localidade.

Consideramos que a emergência dessa escola no distrito de Indápolis favoreceu o processo de escolarização de crianças, jovens e adultos, principalmente daqueles que não possuíam nenhuma condição sócio-econômica para frequentarem as escolas mais centralizadas dentro desse distrito e nem mesmo as instituições de ensino localizadas na cidade de Dourados, na década de 1970 e início dos anos de 1980.

Concluimos que a instalação e funcionamento da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro no distrito de Indápolis ocupou um papel relevante na educação de crianças, jovens e adultos, pois, além de impulsionar, oportunizou o acesso à educação escolar à população local, permitindo, desse modo, a inserção dos sujeitos em âmbito educacional e social, o que demonstra a importância desta escola para a localidade.

Por fim, ponderamos que a relevância deste estudo para a área da História da Educação deve-se à importância de sua abordagem sobre o papel que a escola pública situada no meio rural desempenhou na educação de crianças, jovens e adultos, em um espaço geográfico que em décadas anteriores tinha passado por um processo de colonização recente promovido pelo governo federal, e ainda em um período histórico em que o sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul) contava com um número significativo de escolas rurais. Além disso, ressaltamos a quantidade escassa de pesquisas na produção historiográfica educacional que versam sobre história de escolas rurais situadas em áreas marcadas por processos de colonização recente nos Estados e regiões brasileiras.

## Referências

ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de. Educação Rural em Perspectiva Histórica. **Pensar a Educação em revista**. 4, v. 4, n. 2, p.1-21, jul-set-2018. Disponível em: <https://pensaraeducacaoemrevista.com.br/2018/12/21/educacao-rural-em-perspectiva-historica-ano>. Acesso em: 01 de jul. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **A gênese do texto da constituição de 1988**. Constituição de 1988. Volume I – Brasília/DF. 552 f. 2013. Disponível em:



<http://www.senado.leg.br/publicacoes/GeneseConstituicao/pdf/genese-cf-1988-1.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 5.941 de 28/10/1943/ PE - Poder Executivo Federal. Cria a Colônia Agrícola Nacional "Dourados", no Território Federal de Ponta Porã. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 31 dez.1943. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/138636-cria-a-colunia-agrucola-nacional-dourados-no-territurio-federal-de-ponta-poru-e-du-outras-providencias.html>. Acesso em: 01 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº. 5.379, 15 de dez. 1967. **Câmara dos deputados**. Centro de documentação e informação. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5379-15-dezembro-1967-359071-norma-Atualizada-Pl.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º Grau. Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Brasília, DF, 1971. **Legislação**. Legislação Informatizada. Publicação original. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 01 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº. 6.205, de 29 de abril de 1975. **Legislação**. Legislação informatizada - dados da norma. Lei nº. 6.205, de 29 de abril de 1975. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6205-29-abril-1975-357553-norma-pl.html>. Acesso em: 01 jul. 2020.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Viagens vividas, viagens sonhadas: os japoneses em São Paulo na primeira metade deste século. *In*: LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo (org.). Família em São Paulo: vivências na diferença. São Paulo: Humanitas. 1997. p. 77-95. (Coleção Textos, Série 2. n.7). **Revista Pro-Proposições**. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/index>. Acesso em: 01 jul. 2020.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Relatos orais de famílias de imigrantes japoneses: elementos para a história da educação brasileira. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas-SP, vol.21, n.72, p. 43-72, 2000. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/26357031\\_Relatos\\_orais\\_de\\_familias\\_de\\_imigrantes\\_japoneses\\_elementos\\_para\\_a\\_historia\\_da\\_educacao\\_brasileira](https://www.researchgate.net/publication/26357031_Relatos_orais_de_familias_de_imigrantes_japoneses_elementos_para_a_historia_da_educacao_brasileira). Acesso em: 01 jul. 2020.

FREITAS, Marcos Cezar.; BICCAS, Maurilane de Souza. **História social de educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista, São Paulo. Ed. Universitária São Francisco, 178 f. 2004. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/5924>. Acesso em: 01 jul. 2020.

MARCÍLIO, Humberto. **História do ensino em Mato Grosso**. Cuiabá: Secretaria de Estado da Educação, 1963.

MENEZES, Ana Paula. **Atividades econômicas na Colônia Agrícola Nacional de Dourados (Cand): a agricultura e a exploração da madeira (1950-1970)**. 2012. 138 f. Dissertação. (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbete Mobral: (Movimento Brasileiro de Alfabetização)**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <http://www.educabrazil.com.br/mobral-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao/>. Acesso em: 01 jul. 2020.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. **A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)**. 1999. 255 f. Dissertação. (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, SP, 1999.

OLIVEIRA, Letícia Borges; SOUZA, Sauloéber Tárσιο de. A alfabetização no Mobral, métodos e materiais didáticos (Uberlândia/MG, 1970-1985). **Revista acolhendo a alfabetização nos países de língua portuguesa**, Brasil, São Paulo, v 1, nº. 13, p.11 – 37, Set 2012. Disponível em: <http://www.acoalfaplp.net>. Acesso em: 01 jul. 2020.

PONCIANO, Nilton Paulo. **Fronteira, religião, cidade: o papel da igreja católica no processo de organização sócio-espacial de Fátima do Sul/MS (1943-1965)**. 2006. 248 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/103192>. Acesso em: 01 jul. 2020.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Articulação econômica e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (século XIX e XX). In: LAMOSO, Lisandra Pereira. (org.). **Transporte e políticas públicas em Mato Grosso do Sul**. Dourados, MS: Ed. UFGD, v. 1. 196 f. 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/3072/1/transportes-e-politicas-publicas-em-mato-grosso-do-sul.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2020.

SEMED. **Secretaria Municipal de Educação de Dourados/MS**. Digitalização da documentação da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro (16/07/2018; 16/01/2019), 1983.

SILVA, Wilker Solidade da. **Grupo Escolar Presidente Vargas, Dourados-MT: a escola primária urbano-rural em tempos de mudanças no ensino elementar brasileiro (1963-1974)**. 225 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados – MS, 2015.

TAVARES, Marilze. **Toponímia sul-mato-grossense: um caminhar pelas microrregiões de Dourados, de Iguatemi e de Nova Andradina**. 2004. 213 f. Dissertação. (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas: UFMS, 2004.

WHITE, Merry. **Desafio educacional japonês: o compromisso com a infância.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

**Enviado em:** 10/07/2020.

**Aceito em:** 03/12/2020.

**Publicado em:** 14/12/2020.